

**Processo nº 09215-2007-036-12-00-5 – Relatora Juíza Mari Eleda Migliorini - TRTSC/DOE de 26.06.2008**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA.** Conforme entendimento consolidado por meio da **OJ nº 130 da SDI-II/TST**, para efeito de fixação da competência territorial nas ações civis públicas, leva-se em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor, de forma analógica. Sendo incontroverso o fato de que a ré atua nos três Estados do sul do País e sendo certo, então, que o dano apontado na inicial se estende, ao menos, a todos esses Estados, deve ser mantida a decisão que declarou a competência da Justiça do Trabalho do Distrito Federal para apreciar e julgar a demanda.

**Processo nº 09228-2007-001-12-00-0 – Relatora Juíza Lília Leonor Abreu - TRTSC/DOE de 06.06.2008**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO QUE EXTRAPOLA OS LIMITES TERRITORIAIS DO JUÍZO PROLATOR DA DECISÃO. COMPETÊNCIA TERRITORIAL DE UMA DAS VARAS DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL.** Tratando-se de dano cujos efeitos extrapolam os limites territoriais do Juízo prolator da decisão, por constituir exceção à regra geral do lugar onde ocorreu a lesão, a competência está prevista no art. 93, inc. II, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), aplicável à ação civil pública for força do disposto no art. 21 da Lei nº 7.347/85, consoante o entendimento expresso na **Orientação Jurisprudencial nº 130 da SDI-II do TST**, devendo os autos ser remetidos a uma das Varas do Trabalho do Distrito Federal.

**Processo nº 0001150-47.2010.5.12.0053 – Publicação: TRTSC/DOE em 17/11/2010**

**COMPETÊNCIA TERRITORIAL. Ação Civil Pública. CRITÉRIO DA PREVENÇÃO.** A competência para o julgamento da ação civil pública é definida pelo local onde ocorrer o dano e pelo critério da prevenção, somente tornando prevento o Juízo da capital Estadual ou Federal quando estes também forem alcançados por aquele.

**Processo nº 0000807-51.2010.5.12.0053 – Publicação: TRTSC/DOE em 02-12-2010**

**Ementa: Ação Civil Pública. DANO METAINDIVIDUAL QUE ULTRAPASSE A ÁREA DE JURISDIÇÃO DE UM DADO JUÍZO. COMPETÊNCIA FUNCIONAL-TERRITORIAL. PREVENÇÃO.** Na Justiça do Trabalho, é a Vara do Trabalho do local da lesão aos interesses metaindividuais a

competente para o julgamento da ação civil pública, independentemente da extensão do dano (local, regional ou nacional). Com efeito, caso o dano metaindividual ultrapasse a área de jurisdição de um dado Juízo, mais de um juiz será competente, devendo o fenômeno ser resolvido pelo critério da prevenção.